

Vide institucionel



## PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA

por Manuel Júdice Halpern  
da J.U.C. de Medicina-Lisboa

8

Sobre o tema "pedagogia universitária" muito poderíamos dizer, mas, infelizmente, o tempo de que dispomos é muitíssimo reduzido. Assim, deparou-se-nos o dilema: ou falamos por alto de todos os pontos relacionados com este tema, ou focamos apenas um ou outro que consideremos de primacial importância. Foi esta última solução aquela que adoptamos, pois preferimos tentar assentar ideias a fazer uma simples enumeração de factos.

De todos os problemas que poderíamos tratar, escolhemos dois que se nos afiguraram os mais importantes para o universitário: o ensino deve ser teórico ou prático? A frequência às aulas deve ser livre ou obrigatória? É pela resposta à primeira pergunta que vamos começar.

### Fundação Cuidar o Futuro

O ensino teórico será necessário? Poder-se-á conceber um sistema de ensino completamente desprovido de teoria? Ou, antes pelo contrário, será possível a efectivação dum ensino em que a prática não tenha lugar? Parece-nos que ninguém responderia afirmativamente a estas questões; todavia, atendendo à importância que a resposta a elas tem para a vida da universidade, vamos tentar fundamentá-las.

O ensino teórico manifesta-se sob dois aspectos: um puramente descritivo, outro especulativo. Trata-se dum aspecto descritivo quando o professor descreve experiências e factos que o aluno não observou. Mas não é nisto que se resume o ensino teórico da ciência. A ciência vai mais longe: procura comparar fenómenos entre si,

extrair-lhes relações comuns; e assim aparecem as leis, hipóteses e teorias. Neste ponto ultrapassa-se o domínio experimental: a enunciação dessas relações é um puro acto de raciocínio, claro está baseado e confirmado pela observação e pela experiência: é este o aspecto especulativo.

Ora, se o aspecto descritivo do ensino teórico se poderia suprimir em parte de modo que houvesse possibilidade de acompanhar as aulas com demonstrações, o aspecto especulativo de nenhuma maneira poderia ser suprimido, pois sem ele não haveria mais que fenómenos isolados, que acções por explicar, visto que a experimentação por si só não pode levar a compreendê-los.

Todavia, a necessidade de incluir teoria dentro do ensino universitário não deve levar a um exclusivismo, pois este seria tão prejudicial como a sua supressão. Vejamos porquê.

A teoria nasceu da prática. É evidente que para se extrair relações de fenómenos, é preciso um prévio conhecimento destes.

O estudo da evolução dos conhecimentos científicos das civilizações através dos tempos, mostra-nos que dum conhecimento praticamente desprovido de relação e explicação de fenómenos, se passa para uma fase em que predominam as conclusões de ordem accidental e estatística, isto é, em que uma observação fortuita ou a repetição constante dum fenómeno leva à elaboração de leis em que é notória a falta do porquê; é exactamente a procura desse porquê, dessa explicação, que caracteriza o grau máximo da evolução dos conhecimentos científico das civilizações, incluindo a nossa. Mas, em todos estes estadios a prática tem uma importância inegável e mesmo hoje ainda se vê que a prática é a pedra



Fundação Cuidar o Futuro

basilar da construção das teorias e que um factor fundamental e indispensável que contribuiu para a passagem para este grau de conhecimento científico foi o desenvolvimento cada vez maior, e que ainda não parou, dos meios de observação e de experimentação.

Ora, se a observação e a experimentação tiveram e têm uma importância tão grande na formação da teoria, não seria lógico e natural não lhes dar a devida importância no ensino. Não lhes dar o desenvolvimento necessário seria cair num ensino predominantemente abstracto em que a preparação para a vida profissional por força seria deficiente, pois ela consiste na aplicação prática dos conhecimentos recebidos. O exclusivismo do ensino teórico teria também consequências funestas para o desenvolvimento científico dos diplomados, pois a exclusão do ensino prático teria como consequência a ignorância completa dos métodos de observação e de experimentação e a supressão de qualquer estímulo para tais empreendimentos; assim, seguir-se-ia logicamente a diminuição da capacidade científica, pois de alguns dos alunos de hoje virão os cientistas de amanhã e eles não viriam da Universidade com as bases para cumprirem cabalmente a sua missão.

Do que acima dissemos concluímos que:

- 1-Tanto o ensino teórico como o prático são indispensáveis.
- 2-Estão numa interdependencia absoluta.
- 3- Porque a teoria só vale na medida em que se aplica à prática e como a teoria sem prática é como uma casa sem alicerces segue-se que as aulas práticas devem ser obrigatórias

~~ven ser obrigatórias~~ e que devem andar a par e passo com as teóricas de maneira que os assuntos das primeiras sejam a aplicação imediata das segundas para que não suceda que o aluno estude a aplicação dum assunto que desconhece.

Claro está, que estas conclusões aplicam-se particularmente aos cursos de ciencias pois são os unicos em que se pode falar de aulas práticas no sentido que acima apontamos.

--- X ---



Tendo analizado dentro dos limites de tempo de que dispomos o primeiro dos assuntos que nos propusemos tratar, resta--nos o segundo: frequencia livre ou obrigatória.

Quanto às aulas práticas, já vimos a necessidade da frequencia obrigatória. Quanto às teóricas, seria necessária tambem uma tal obrigatoriedade? Ou seria mais vantajoso um regime de frequencia livre? Que vantagens e desvantagens apresentam cada um destes sistemas? É a estas perguntas que vamos tentar responder, começando por falar nas vantagens e desvantagens da frequencia livre.

A frequencia livre para um bom professor universitário constitui um estímulo para um aperfeiçoamento das suas qualidades pedagógicas. De facto, se eele não contar com qualquer disposição legal que obrigue o aluno a ir às aulas, e tiver a lealdade suficiente para não forçar a frequencia às mesmas, quer por reparar nos alunos que a ela vão, quer por falta de indicação de bibliografia, o professor só poderia contar com a qualidade do seu ensino para obter um auditório numeroso.

Assim, procuraria melhorar o seu poder de exposição de maneira a tornar as suas lições da maior clareza, concisão e exactidão possíveis, ao mesmo tempo que lhes procuraria imprimir um certo cunho pessoal quer pela descrição das suas próprias investigações quer pela sua interpretação de certos factos.

Um outro ponto importante a focar é o das fontes de informação. Sobre este assunto há dois casos a considerar:

1-O professor não adopta um livro de texto- Neste caso o professor deveria indicar sempre a bibliografia necessária para a completa elucidação do aluno, tendo sempre em conta a possibilidade de consulta dos livros indicados (bibliotecas, compra se o preço não for elevado) e o tempo de leitura de que o aluno poderá dispor.

2-O professor adopta um livro de texto- Mesmo assim poderia indicar bibliografia para os espíritos mais curiosos.

Tanto num caso como noutro, a indicação de bibliografia não se deveria limitar a uma simples enumeração de livros e revistas; o professor deveria indicar dentro das obras apontadas quais as melhores e quais os erros que elas contenham.

Quanto aos alunos, o ensino livre apresenta vantagens e desvantagens, todas relacionadas com a não assistência às aulas. A falta de comparencia às aulas pode ser de muita vantagem para os alunos que tenham empregos ou para os que queiram economizar tempo quando as lições não lhes forneçam qualquer acréscimo ao que vem nos compendios por onde estudam.

Todavia, desde que o aluno não seja obrigado a ir à aula, pode dar-se o caso de este começar a faltar, a desinteressar-se comple



Fundação Cuidar o Futuro

tamente da matéria ao passo que se a frequência fosse obrigatória sempre alguma coisa ~~se~~ poderia aprender.

Tendo apontado as vantagens e inconvenientes da frequência livre, falta-nos agora fazer a mesma coisa para a frequência obrigatória e depois concluir qual dos dois sistemas é o melhor.

Numa aula de frequência obrigatória, o professor teria sempre de contar com a má vontade natural do aluno; todavia, pela melhoria dos seus métodos de ensino o professor poderia fazer esquecer em parte aos alunos a obrigatoriedade de tais aulas.

Alguns autores, como PACHECO DE AMORIM, dizem que a frequência obrigatória seria de extrema vantagem nas disciplinas em que só seria de utilidade a continuação das explicações depois da completa compreensão das matérias anteriores; assim, a frequência obrigatória teria como consequência levar o aluno a seguir as aulas e ao mesmo tempo permitiria que o professor fizesse uns pequenos interrogatórios para poder avaliar se a matéria estava compreendida ou não. Contudo, esta vantagem é, julgamos nós, um tanto ou quanto ilusória pois que o facto de o aluno assistir a uma aula não implica necessariamente a atenção à mesma e, por outro lado, porque uma boa lição chama sempre um numero grande de de alunos.

Quanto aos alunos, poder-se-ia pensar que a frequência obrigatória seria muito vantajosa, pois, sendo obrigado a ir às aulas, alguma coisa haveria de aprender. Todavia, já fizemos notar que a assistencia e atenção às aulas não andam sempre ligadas e que o melhor estímulo que um aluno pode ter para seguir determinada



disciplina durante todo o ano é o modo como esta é ensinada.

Do que acima dissemos sobre obrigatoriedade ou não obrigatoriedade às aulas teóricas, concluímos o seguinte:

É um facto observado em todas as faculdades em que a frequência é livre que, duma maneira geral, a assistência às aulas está em relação com a qualidade do ensino. Efectivamente, quando um professor dá aulas boas, o aluno sente necessidade de ir às aulas porque assim tem o estudo facilitado não propriamente por tirar muitos apontamentos, mas antes por as lições lhes dar~~m~~ uma melhor compreensão dos factos, acentuarem certos pontos a que não tinha dado a devida importancia, corrigirem erros dos livros por onde estudava, por ficar com a matéria mais presente na memória pela maneira como o professor a expõe, etc.

Daqui se pode concluir que a frequência obrigatória se torna desnecessária: se a aula é boa, não há necessidade de obrigar o aluno a ir assistir; se é má, ele não terá nenhuma vantagem em a ir ouvir ...

--- X ---

De tudo o que dissemos, as conclusões mais importantes são as seguintes:

1-Necessidade duma harmonia perfeita entre ensino prático e teórico.

2-Aulas práticas obrigatórias realizadas de modo a que o aluno possa tirar real proveito delas.

3-Aulas teóricas de frequência livre



4-Necessidade do professor indicar bibliografia adequada e facilmente acessível

5-Necessidade do professor procurar melhorar o mais possível a qualidade das suas aulas.

--- X ---

O que atrás dissemos é o que de mais importante se nos afigurou sobre este tema. Claro está, que ficaram muitos assuntos por tratar: uns serão tratados por outros colegas; outros terão que ficar para estudos ulteriores.

Fundação Cuidar o Futuro

